

2021-2026

Plano Estratégico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
MATO GROSSO DO SUL**

☎ (67) 3314-1550

✉ planejamento@tjms.jus.br

🌐 <https://www5.tjms.jus.br/planejamento/>

ASPLAN-DOC-06

TJMS

EXPEDIENTE

Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Biênio 2023-2024

Presidente:	Des. Sérgio Fernandes Martins
Vice-Presidente:	Des. Dorival Renato Pavan
Corregedor-Geral de Justiça:	Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
Tribunal Pleno:	Des. João Maria Lós Des. Divoncir Schreiner Maran Des. Paschoal Carmello Leandro Des. Carlos Eduardo Contar Des. Sérgio Fernandes Martins (Presidente 01.02.2023) Des. Sideni Soncini Pimentel Des. Dorival Renato Pavan Des. Vladimir Abreu da Silva Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva Des. Fernando Mauro Moreira Marinho Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso Des. Marco André Nogueira Hanson Des. Ruy Celso Barbosa Florence Des. Marcos José de Brito Rodrigues Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques Des. Eduardo Machado Rocha Des. Marcelo Câmara Rasslan Des. Amaury da Silva Kuklinski Des. Luiz Cláudio Bonassini da Silva Des. Wilson Bertelli Des. Odemilson Roberto Castro Fassa Des. Nélio Stábile Des. Paulo Alberto de Oliveira Des. Alexandre Bastos Des. José Ale Ahmad Netto Des. Jairo Roberto de Quadros Des. Geraldo de Almeida Santiago Des. Jonas Hass Silva Junior Des. Emerson Cafure Des^a. Elizabete Anache Des. Zaloar Murat Martins de Souza Des. Alexandre Limas Raslan Des^a. Jaceguara Dantas da Silva Des. Luiz Antonio Cavassa de Almeida Des. Ary Raghiant Neto Des. Lúcio Raimundo da Silveira Des. Fernando Paes de Campos
Juízes Auxiliares da Presidência:	Dr. Renato Antonio de Liberali Dr. Mário José Esbalqueiro Júnior Dr. César Castilho Marques
Juízes Auxiliares da Vice-Presidência:	Dr. Fábio Possik Salamene Dr. Alexandre Corrêa Leite
Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça:	Dr. José Eduardo Neder Meneghelli Dr.^a Jacqueline Machado
Diretora-Geral:	Kele Cristina Leite de Melo
Equipe de Elaboração:	Assessoria de Planejamento
Diretor de Planejamento	Altair Júnior Ancelmo Soares

2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MS

Av. Mato Grosso, Bloco 13, Campo Grande - MS

Endereço Eletrônico: www.tjms.jus.br

2021-2026

Plano Estratégico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
MATO GROSSO DO SUL**

☎ (67) 3314-1550

✉ planejamento@tjms.jus.br

🌐 <https://www5.tjms.jus.br/planejamento/>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
METODOLOGIA	5
PROCESSO DE REVISÃO.....	7
ESTRUTURA DO PLANO ESTRATÉGICO	8
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	10
MAPA ESTRATÉGICO.....	15
Macrodesafio CNJ: Garantia dos Direitos Fundamentais.....	16
Macrodesafio CNJ: Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.....	17
Macrodesafio CNJ: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	18
Macrodesafio CNJ: Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	20
Macrodesafio CNJ: Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	21
Macrodesafio CNJ: Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios.....	23
Macrodesafio CNJ: Promoção da Sustentabilidade	24
Macrodesafio CNJ: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	25
Macrodesafio CNJ: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.....	27
Macrodesafio CNJ: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	30
Macrodesafio CNJ: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.....	32
Macrodesafio CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tíc e de Proteção De Dados.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
BIBLIOGRAFIA	36

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul - TJMS para o período de 2021 a 2026 (PE 2021-2026), foi aprovado pela Portaria Nº 2.038, de 24 de maio de 2021, e está alinhado à Resolução CNJ nº 325/2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

O conteúdo do PE 2021-2026 observa, por conseguinte, os macrodesafios e as diretrizes consolidadas em Resoluções, Recomendações e Políticas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

O método adotado foi orientado para médio e longo prazo, com a definição de objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas a serem cumpridos durante o referido período, com revisões periódicas considerando a realidade e os desafios da instituição.

Finalmente, conforme se deduz da metodologia de trabalho adotada, o Plano é resultado da construção participativa por variados atores, que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com missão da justiça no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção do Plano Estratégico 2021-2026, foi a mesma aplicada por ocasião da elaboração do plano atualmente vigente, *Balanced Scorecard* – BSC, desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, Kaplan e Norton, em 1992.

Sendo assim, este plano foi estruturado para comunicar a missão, a visão e a estratégia organizacional, utilizando objetivos de médio e longo prazo para articular os resultados desejados pelo Poder Judiciário sul-mato-grossense.

Sua elaboração ocorreu de forma participativa e contou com a contribuição de magistrados, servidores, membros das entidades de classe e sociedade em geral. Tal participação foi viabilizada por meio de reuniões e consultas públicas, com vistas à coleta de sugestões que pudessem melhorar o rol de iniciativas do PJMS rumo ao cumprimento de sua missão.

As sugestões recebidas foram analisadas pelo Comitê de Planejamento Estratégico, que selecionou as que considerou relevantes, adequadas e oportunas para serem incluídas no plano.

Com o objetivo de proceder a elaboração do Plano Estratégico, foram realizadas, pelo Comitê de Planejamento Estratégico e áreas técnicas do TJMS, as seguintes atividades::

- Reunião inicial do Comitê para abertura dos trabalhos de construção do novo PE e aprovação do cronograma das ações a serem efetuadas;
- Realização de consulta pública, via internet e intranet, para realizar um diagnóstico institucional, através de uma análise detalhada do ambiente em que a organização está inserida. Para isso, foram analisados os fatores internos e externos da organização e de todas as variáveis que os caracterizam;
- Realização de consulta para definir a identidade estratégica, traduzida em seus direcionadores: missão, visão e valores. Também foram estabelecidos os objetivos estratégicos segundo os blocos temáticos, denominados macrodesafios, elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça;

- Reuniões da Assessoria de Planejamento com os representantes das áreas do TJMS para a proposição das iniciativas estratégicas que serão desenvolvidas ao longo do sexênio. Ao todo, 187 iniciativas foram propostas, dentre programas, projetos estratégicos e planos de ação, dos quais 46 foram priorizadas pela atual administração para a consecução dos objetivos e metas organizacionais;
- Elaboração da proposta de indicadores, de metas e de iniciativas para composição do Plano Estratégico 2021-2026 a ser apreciada pelo Comitê;
- Reunião do Comitê para discutir e aprovar os indicadores, metas e iniciativas.; e
- Elaboração da minuta de portaria para aprovação do Plano Estratégico 2021- 2026.

PROCESSO DE REVISÃO

A revisão do Plano Estratégico teve início com o diagnóstico realizado pela Assessoria de Planejamento, que avaliou a pertinência, relevância e tempestividade dos indicadores, bem como as dificuldades de mensuração. Além disso, outro critério para a manutenção e/ou inclusão de indicadores neste Plano Estratégico foi a possibilidade de desenvolver iniciativas capazes de aprimorar os desempenhos.

Posteriormente, foram conduzidas reuniões com as unidades gerenciais, durante as quais se constatou a necessidade de estabelecer outros objetivos que abrangessem os propósitos atuais do PJMS. Em conjunto com as áreas relacionadas, novos objetivos e indicadores foram propostos e apresentados ao Comitê de Gestão Estratégica.

A presente edição do Plano Estratégico é fruto da colaboração de representantes das diversas áreas do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, contando com a aprovação pelo Tribunal Pleno desta Corte em 21 de fevereiro de 2024.

ESTRUTURA DO PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico PJMS 2021-2026 foi estruturado utilizando direcionadores estratégicos, perspectivas, objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

Direcionadores Estratégicos

São os que orientam toda a construção da estratégia e as atividades organizacionais. São eles: missão, visão e valores.

Missão

Define a razão de ser da organização e reflete o propósito fundamental institucional, sobretudo o que é fornecido aos cidadãos.

Missão PJMS 2021-2026: Prestação jurisdicional efetiva e célere.

Visão

É a idealização de um futuro desejado, expresso de forma sucinta e inspiradora.

Visão PJMS 2021-2026: Ser referência na prestação jurisdicional e governança judiciária.

Valores

Manifestam o caráter, o comportamento e as atitudes que a organização busca adotar.

Valores PJMS 2021-2026:

Eficiência; Segurança jurídica; Inovação; Responsabilidade socioambiental.

Perspectivas

Representam as dimensões a serem observadas no plano de execução da estratégia. Pelo caráter público do Poder Judiciário, as perspectivas consideradas nesse plano foram:

- Sociedade;
- Processos internos; e
- Aprendizado e crescimento.

Objetivos

Representam os fins a serem almejados pela organização para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance da visão de futuro.

Indicadores

Traduzem de forma numérica a evolução no alcance de cada objetivo estratégico.

Metas

Estabelecem o nível desejado de cada indicador quanto ao alcance dos resultados finais.

Iniciativas Estratégicas

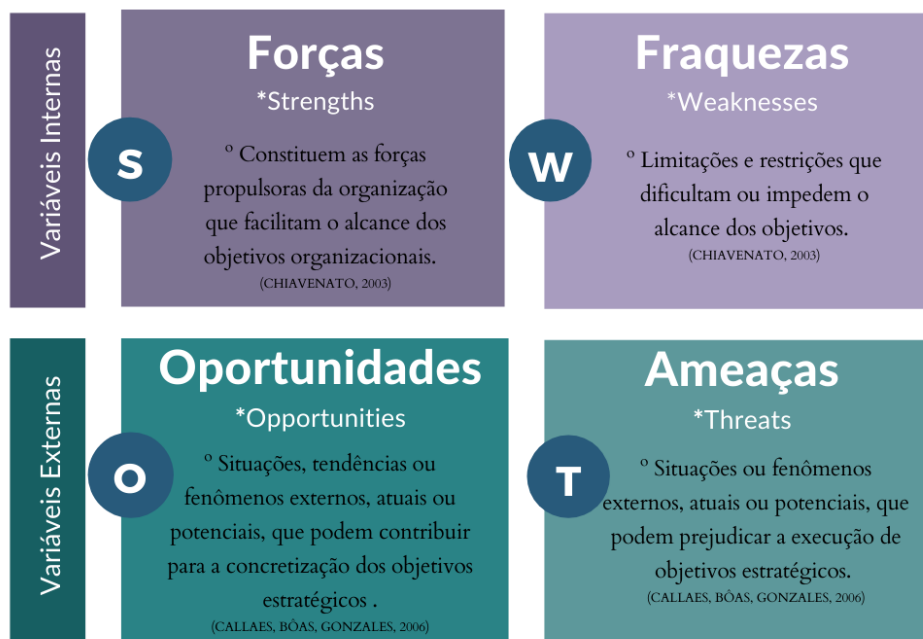
São programas, projetos estratégicos e planos de ação elaborados para eliminar a lacuna entre o desempenho atual e o desempenho desejado para os objetivos e metas organizacionais.

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

A elaboração deste Plano Estratégico foi norteadada pelo desenvolvimento de iniciativas estratégicas, tanto para melhorar pontos fracos e mitigar ameaças, quanto para reforçar os pontos fortes e explorar oportunidades. A técnica utilizada para a materialização destes preceitos é denominada de Análise SWOT (Figura 1).

Mediante pesquisa com os públicos interno e externo, foi realizado um diagnóstico estratégico no decorrer do mês de agosto de 2020, com o objetivo de identificar os pontos fortes e fracos do PJMS, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo em face à atividade jurisdicional, segundo a percepção do participante.

Figura 1 – Análise SWOT



Ambiente Interno

Nesta esteira, a pesquisa voltada ao ambiente interno foi estruturada por temas e variáveis, que deveriam ser analisadas como pontos fortes (qualidades ou atributos bem desenvolvidos pelo PJMS) ou pontos fracos (algo que limita o desempenho e requer melhorias no PJMS). De forma sintética, os principais resultados obtidos, foram:

Tabela 1 – Principais Resultados: Ambiente Interno

Tema	Ponto Forte	Ponto Fraco
Relacionamento com o público externo	69,64%	30,36%
Imagem institucional perante a sociedade	67,82%	32,18%
Políticas institucionais	68,66%	31,34%
Gestão organizacional	55,21%	44,79%
Recursos humanos	50,51%	49,49%
Recursos tecnológicos	83,24%	16,76%
Infraestrutura	78,76%	21,24%

Fonte: *Elaboração Própria com base em dados coletados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul*¹

Relacionamento com o Público Externo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Diário da Justiça; • Justiça Itinerante; • Atendimento da Carreta da Justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento por outras modalidades (telefone, e-mail, mensagens e etc.); • Transparência das informações.

¹ Os valores percentuais se referem à média dos itens avaliados de cada tema.

Imagem Institucional perante a Sociedade

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Modernidade; • Facilidade de acesso à Justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação da sociedade com os serviços prestados; • Transparência.

Políticas Institucionais

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher; • Ações sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de promoção da saúde de servidores; • Combate à corrupção e improbidade administrativa.

Gestão Organizacional

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de Dados Estatísticos; • Utilização de metas e indicadores para aferir o desempenho estratégico das unidades organizacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interação entre as áreas; • Execução orçamentária.

Recursos Humanos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Política de capacitação de magistrados; • Nível de comprometimento dos servidores dos trabalhadores do Judiciário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de cargos e salários; • Manutenção dos talentos (retenção dos recursos humanos).

Recursos Tecnológicos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Intranet;• Atendimento de TI;• Equipamentos e softwares das salas de audiência.	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Judicial de 1º Grau - SEEU;• Inteligência artificial para auxílio aos gabinetes de magistrados, a exemplo do sistema “LEIA”.

Infraestrutura

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Material de expediente;• Frota de veículos;• Iluminação interna das instalações.	<ul style="list-style-type: none">• Acessórios ergonômicos;• Mobiliário adequado.

Ambiente Externo

A análise do ambiente externo consistiu na identificação, pelo participante da pesquisa, das oportunidades e ameaças ao desempenho institucional. Foram consideradas como oportunidades as variáveis com potencial para alavancar os resultados da organização. As ameaças, por outro lado, são as variáveis negativas, com capacidade de dificultar ou até mesmo impedir que a organização atinja os resultados pretendidos.

Nenhuma variável foi considerada como ameaça por mais de 16% dos participantes da pesquisa. Nesse contexto, as que mais se destacaram foram:

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de novas tecnologias direcionadas ao Poder Judiciário; • Ampliação da divulgação dos métodos consensuais de resolução de conflitos para desjudicialização; • Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de Plano de Equidade de Gênero e Raça, do Senado Federal: 16% consideraram como uma ameaça à atuação do Poder Judiciário; • Atuação do Conselho Nacional de Justiça: 15% consideraram como ameaça.

MAPA ESTRATÉGICO

É uma ferramenta que traduz a estratégia, de forma visual, em objetivos estratégicos organizados segundo diferentes perspectivas.

As perspectivas englobam objetivos de acordo com públicos de interesse e principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. Para o sexênio 2021-2026, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul adotou as seguintes perspectivas:

- Sociedade;
- Processos internos; e
- Aprendizado e crescimento.



MACRODESAFIO CNJ: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF 1988, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

OBJETIVO 01

Garantir a todos o acesso à justiça e promover políticas públicas voltadas às minorias

Indicador Estratégico:

1.1. Índice de solicitações de medidas protetivas on-line

Meta: Aumentar em 10%, semestralmente, a utilização da ferramenta para solicitação de medidas protetivas.

Fórmula de cálculo: Número de solicitações de medidas protetivas on-line recebidas no período.

Iniciativa Estratégica:

01.01. Formar banco de profissionais capacitados para atuar como entrevistadores forenses no CPTEC

01.02. Aperfeiçoamento da gestão do Sistema Nacional de Adoção (SNA)

01.03. Ampliação da Justiça Restaurativa relativas à infância e adolescência para comarcas do Interior

OBJETIVO 02

Promover a equidade de gênero e fomentar políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres

Indicadores Estratégicos:

2.1 Alcance das Redes Municipais pela Política Judiciária de Combate e Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Mato Grosso do Sul

Meta: Alcançar até 2026, pelo menos, 50% das Redes Municipais de Enfrentamento e de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar pela atuação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do PJMS.

Fórmula de cálculo: (Número de Redes Municipais de Enfrentamento e de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar alcançadas pela atuação da Coordenadoria da Mulher do PJMS)/ (Número total de Redes no Estado de Mato Grosso do Sul).

Iniciativas Estratégicas:

- 02.01. Projeto de cunho técnico-cultural para a população indígena;
- 02.02. Ampliação da ferramenta Protetivas on-line para as Comarcas do interior.
- 02.03. Cirurgia Plástica Reparadora para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica.

MACRODESAFIO CNJ: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e o fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos.

Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

OBJETIVO 03

Assegurar o acesso à informação de forma compreensível promovendo integração e parcerias

Indicadores Estratégicos:	<p>3.1 Média de satisfação do jurisdicionado Meta: Alcançar, semestralmente, pelo menos, nota 6 para o atendimento na pesquisa de satisfação do PJMS. Fórmula de cálculo: (Somatório das notas recebidas na questão n. 8 /Número de respostas)</p> <p>3.2 Taxa de desempenho no ranking da transparência Meta: Alcançar, pelo menos, 90% de taxa de desempenho no ranking da transparência. Fórmula de cálculo: Alcançar, pelo menos, 90% de taxa de desempenho no ranking da transparência.</p> <p>3.3 Taxa de matérias institucionais positivas Meta: Obter 60% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2026. Fórmula de cálculo: (TMIP/TMV) *100</p>
Iniciativas Estratégicas:	<p>03.01 Aprimorar a Gestão do Portal da Transparência;</p> <p>03.02. Estabelecer modelos simplificados de mandados judiciais (Projeto Comunic-AÇÃO – Labjus);</p> <p>03.03. Estabelecimento de parcerias para visitas de membros do Poder Judiciário às escolas públicas e visitas da sociedade ao Museu</p>

MACRODESAFIO CNJ: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

OBJETIVO 04

Fomentar a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional

Indicadores Estratégicos:

4.1 Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais

Meta: Reduzir, anualmente, em pelo menos 0,5% a taxa de congestionamento líquida.

Fórmula de cálculo: Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e disponibilizados na Parametrização do DataJud: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao> para o indicador "TCL – Taxa de Congestionamento Líquida", constante nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009. São excluídos os processos em fase de execução. Consideram-se os processos de primeiro e segundo graus, juizados especiais e turmas recursais, quando couber.

4.2 Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau – IAD

Meta: Ter 50%, ou mais, das unidades judiciárias de primeiro grau com Índice de Atendimento à Demanda igual ou maior que 100%.

Fórmula de cálculo: $IAD = \frac{\text{Total de Baixados no 1º Grau}}{\text{Casos Novos no 1º Grau}}$

4.3 Tempo médio de tramitação dos processos pendentes líquidos.

Meta: Manter o tempo médio de tramitação inferior a 700 dias.

Fórmula de cálculo: $IAD = \frac{\text{Total de Baixados no 1º Grau}}{\text{Casos Novos no 1º Grau}}$

Iniciativas Estratégicas:

- 04.01. Implantação do Sistema de Informações Gerenciais - Unificação e Simplificação dos Painéis Estatísticos;
- 04.02. Proporcionar maior celeridade no cumprimento dos atos e prazos judiciais;
- 04.03. Disponibilização do aplicativo E-Mandados para promover celeridade no processo de entregas de mandados judiciais.

MACRODESAFIO CNJ: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

OBJETIVO 05	Fortalecer o combate à corrupção e à improbidade administrativa
------------------------	--

Indicadores Estratégicos:	5.1 Julgamento dos casos de corrupção e improbidade administrativa Meta: Identificar e julgar 60%, ou mais, das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas há 4 anos. Fórmula de cálculo: Conforme Glossário das Metas Nacionais.
----------------------------------	---

Iniciativas Estratégicas:	05.01 Aprimorar o canal de comunicação de irregularidades; 05.02 Manutenção das Certificações nas normas ISOs 9001 e 37001.
----------------------------------	--

MACRODESAFIO CNJ: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

**OBJETIVO
06** **Incentivar a desjudicialização através de
soluções consensuais para os conflitos**

Indicadores Estratégicos: **6.1 Índice de Conciliação, conforme Meta Nacional 3**
Meta: Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em
Números em 1 ponto percentual em relação ao anterior ou obter 17% ou mais no
Índice de Conciliação, conforme parametrização da Meta 3.
Fórmula de cálculo: IC= Total de sentenças homologatórias de acordo / Total de
sentenças

**6.2 Índice de Conciliação e de Composição de Conflitos, Indicador I do
Prêmio Conciliar é Legal**

Meta: Obter, pelo menos, 30% desempenho no indicador.
Fórmula de cálculo: (total de audiências de conciliação e mediação realizadas na
fase pré-processual e na fase de conhecimento) / (soma de procedimentos pré-
processuais recebidos e de casos novos de conhecimento não criminais).

Iniciativas Estratégicas: 06.01. Estruturação dos CEJUSCs;
06.02. Ampliação e Implantação da Justiça Restaurativa Comunitária
(ampliação para as varas criminais e implantação em projeto piloto)

MACRODESAFIO CNJ: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

OBJETIVO 07 **Aperfeiçoar a gestão das demandas repetitivas e dos precedentes obrigatórios**

Indicadores Estratégicos: 7.1 Julgamento de IRDR ou IAC, Resolução CNJ n. 444/2022 e Resolução CNJ n. 235/2016.
Meta: Julgar três, ou mais, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e/ou Incidentes de Assunção de Competência (IAC), anualmente.
Fórmula de cálculo: Quantidade de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e/ou Incidentes de Assunção de Competência (IAC) julgados no ano.

Iniciativas Estratégicas: 07.01. Fomentar o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)

MACRODESAFIO CNJ: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

OBJETIVO 08

Incrementar a política de sustentabilidade

Indicadores Estratégicos: 8.1 Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS
Meta: Alcançar resultado no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário igual ou superior a 80%, até 2026.
Fórmula de cálculo: Resultado obtido no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário.

Iniciativas Estratégicas: 08.01. Desafio Sustentável;
08.02. Plano de Descarte de Processos Físicos

MACRODESAFIO CNJ: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

OBJETIVO 09

Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal

Indicadores Estratégicos:	<p>9.1 Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento Meta: Diminuir, anualmente, 2% o tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento. Fórmula de cálculo: TpCp aplicada aos processos de conhecimento criminais.</p> <p>9.5 Julgamento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e medidas protetivas de urgência² Meta: Manter o tempo médio decorrido entre a data do início da ação e a data do julgamento de mérito nos processos de violência doméstica e feminicídio em até 300 dias. Fórmula de cálculo: (Somatório de dias entre a data do início da ação e a data do julgamento de mérito nos processos de violência doméstica e feminicídio) / (Quantidade de processos). (Considerar a parametrização do Datajud, conforme Portaria do Prêmio CNJ de Qualidade).</p>
Iniciativas Estratégicas:	<p>09.01. Interiorização das ações do projeto de fortalecimento das audiências de custódia;</p> <p>09.02. Acompanhar e fortalecer a Política de Saúde conforme a Lei de Execução Penal;</p> <p>09.03. Inspeções nas unidades de internação, semiliberdade e acompanhamento das medidas de meio aberto.</p>

² A ausência de sequência numérica é justificada pela exclusão dos indicadores 9.2, 9.3 e 9.4 nesta versão do Plano Estratégico. A decisão foi manter a numeração original para assegurar a continuidade e permitir o acompanhamento estatístico da evolução dos dados.

MACRODESAFIO CNJ: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa por seus órgãos, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de Justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas das gestões documental, da informação, de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

OBJETIVO 10 Incrementar a gestão administrativa e a governança judicial

Indicadores Estratégicos:

10.1 Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”
 Meta: Alcançar, pelo menos, 70% das pontuações máximas dos eixos de “Governança” e “Qualidade da Informação”, anualmente.
 Fórmula de cálculo: (Pontuação atingida nos eixos definidos / Pontuação máxima nos eixos definidos).

10.2 Taxa de execução das iniciativas estratégicas
 Meta: Cumprir, anualmente, 80% das Iniciativas Estratégicas previstas para o período.
 Fórmula de cálculo: (Número de Iniciativas Estratégicas realizadas/ (número total de Iniciativas planejadas para o período) * 100.

Iniciativas Estratégicas:

10.01. Implantação da Nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos;
 10.02. Implantação dos Contratos de Gestão
 10.03. Aprimoramento do Sistema de Compras e Licitações

OBJETIVO 14 Garantir a infraestrutura física apropriada às necessidades da instituição, agregando economia, modernidade e sustentabilidade

Indicadores Estratégicos:

14.1. Taxa de execução do Plano de Obras
 Meta: Executar, pelo menos, 70% das ações propostas no Plano de Obras previstas para o período.
 Fórmula de cálculo: (Quantidade de ações do Plano de Obras executadas / Quantidade de ações propostas, para o período, no Plano de Obras).

14.2 Economia proporcionada pela utilização de energia fotovoltaica³
 Meta: Gerar economia de 1.650.000 reais, por ano, pela produção de energia através da usina em solo.
 Fórmula de cálculo: (Média de gastos com energia antes da implantação das usinas de energia fotovoltaica) – (Gasto real com energia após a implantação das usinas de energia fotovoltaica)

Iniciativas Estratégicas:

14.01. Reforma do Fórum de Campo Grande
 14.02. Construção do Fórum de Maracaju
 14.03. Implantação de energia fotovoltaica

³ A falta de sequência numérica se explica pela incorporação do objetivo 14 e seus indicadores nesta versão do Plano Estratégico. Conforme a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), os objetivos são organizados por perspectivas. Uma vez que o objetivo 14 pertence à perspectiva de Processos Internos, foi posicionado imediatamente após o último objetivo incluído na primeira versão do Plano, que é o objetivo 10.

OBJETIVO 15

Fortalecer o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas à segurança institucional

Indicadores Estratégicos: 15.1 Quantidade de unidades jurisdicionais orientadas a procedimentos de mitigação de riscos e de vulnerabilidades de dados e informações sensíveis

Meta: Realizar oficinas acerca de procedimentos para mitigação de riscos e vulnerabilidades de dados e informações sensíveis em 5 unidades jurisdicionais.

Fórmula de cálculo: Quantidade de unidades onde foram realizadas as oficinas.

Iniciativas Estratégicas: 15.01. Atualização das práticas policiais militares voltadas à segurança institucional no âmbito do TJMS e proteção de dignitários.
15.02. Realização de oficinas orientativas a magistrados e servidores do Poder Judiciário acerca de procedimentos para mitigação de riscos e vulnerabilidades de dados e informações sensíveis.

MACRODESAFIO CNJ: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotadas na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores, à humanização nas relações de trabalho, à promoção da saúde, ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho, à qualidade de vida no trabalho, ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação, e à adequada distribuição da força de trabalho.

OBJETIVO 11

Otimizar a gestão de pessoas enfatizando a valorização dos recursos humanos e a promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho

Indicadores Estratégicos:	<p>11.1 Índice de absenteísmo-doença Meta: Reduzir para 2% o afastamento de servidores por motivo de doença no período. Fórmula de cálculo: Índice de absenteísmo= (Dias de ausência por motivo de saúde (própria) de servidores)/(total de servidores X 365) X 100).</p> <p>11.3 Taxa de formação e aperfeiçoamento de gestores em atribuições jurisdicionais e administrativas⁴ Meta: Obter, pelo menos, 50% do público-alvo. Fórmula de cálculo: (Número de gestores formados e aperfeiçoados/ total de participantes propostos no Programa de Gestores da EJUD) * 100.</p> <p>11.5 Índice de capacitação de servidores Meta: Alcançar, anualmente, pelo menos 30% de índice de capacitação de servidores. Fórmula de cálculo: IcapS = (Total de capacitados / Total de servidores) * 100</p> <p>11.6 Índice de capacitação de magistrados Meta: Alcançar, anualmente, pelo menos 60% de índice de capacitação de magistrados. Fórmula de cálculo: IcapM = (Total de magistrados capacitados / Total de magistrados) * 100</p>
Iniciativas Estratégicas:	<p>11.01. Revisão do Plano Cargos e Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de MS;</p> <p>11.02. Instalação de novos Núcleos Psicossociais nas comarcas do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.</p>

⁴ A falta de sequência numérica é explicada pela inclusão dos objetivos 14 e 15, juntamente com seus indicadores, nesta versão do Plano Estratégico. Conforme a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), os objetivos são organizados por perspectivas. Como o objetivo 14 está vinculado à perspectiva de Processos Internos, foi posicionado imediatamente após o último objetivo incluído na primeira versão do Plano, que é o objetivo 10.

Adicionalmente, no objetivo 11, os indicadores 11.2 e 11.4 foram excluídos nesta versão do Plano Estratégico. A decisão foi manter a numeração original para garantir a continuidade e possibilitar o acompanhamento estatístico da evolução dos dados.

MACRODESAFIO CNJ: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

OBJETIVO 12 **Aprimorar a gestão e a execução orçamentária e financeira**

Indicadores Estratégicos: **12.2 Índice de execução das dotações para projetos estratégicos⁵**
 Meta: Alcançar 70% da execução orçamentária para projetos estratégicos, até 2026.
 Fórmula de cálculo: $Fórmula\ de\ cálculo:\ IEP = \frac{\text{Montante empenhado de dotações para projetos}}{\text{Dotação atualizada para despesas com projetos}} * 100$.

Iniciativas Estratégicas: 12.01. Implantação da gestão de custos no primeiro grau de jurisdição (projeto piloto);
 12.02. Aprimorar o processo de pagamento de peritos

⁵ A ausência de sequência numérica é justificada pela exclusão do indicador 12.1 nesta versão do Plano Estratégico. A decisão foi manter a numeração original para assegurar a continuidade e permitir o acompanhamento estatístico da evolução dos dados.

MACRODESAFIO CNJ: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça; promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança, de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

OBJETIVO 13

Fortalecer a governança de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados

Indicadores Estratégicos:	<p>13.1 Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - IGovTIC-JUD Meta: Atingir, anualmente, o resultado de 0,90 do IGovTIC-JUD. Fórmula de cálculo: Pontuação alcançada na última apuração do IGovTIC-JUD, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.</p> <p>13.3 Índice de aderência à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD⁶ Meta: Atingir o percentual de 80% na execução das ações do plano de trabalho da ENTIC-JUD planejadas para o ano. Fórmula de cálculo: (Itens atendidos / Total de itens especificados na Resolução n. 370 do CNJ) ×100.</p> <p>13.4 Atendimento aos controles do Plano de Proteção para Infraestruturas Críticas, conforme Resolução CNJ nº 396/2021 Meta: Implementar, pelo menos, 5 novos controles por ano. Fórmula de cálculo: Quantidade de controles do Plano de Proteção para Infraestruturas Críticas implementados por ano.</p>
Iniciativas Estratégicas:	<p>13.01. Estabelecer integração robotizada com os sistemas: INFODIP, RENAJUD, SISBAJUD e Domicílio Eletrônico Nacional.</p> <p>13.02. Plano de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do TJMS.</p>

⁶ A ausência de sequência numérica é justificada pela exclusão do indicador 13.2 nesta versão do Plano Estratégico. A decisão foi manter a numeração original para assegurar a continuidade e permitir o acompanhamento estatístico da evolução dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como instrumento norteador da gestão institucional, o Plano Estratégico 2021-2026, serve como fonte de explanação objetiva dos propósitos e desafios a serem perseguidos pelo Judiciário Sul-Mato-Grossense durante os próximos seis anos.

Sendo assim, a estratégia traçada no PE 2021-2026 precisa de revisões periódicas, pois trata-se de instrumento dinâmico que sofre intervenções das mudanças ocorridas nos contextos internos e externos da Instituição.

Com o intuito de auxiliar a alta administração do Poder Judiciário na relevante tarefa de monitorar o alcance dos objetivos, das metas e dos indicadores institucionais, foi constituído pela Portaria n. 365, de 09 de abril de 2012 e atualizado pela Portaria n. 1941, de 19 de fevereiro de 2021, o Comitê de Gestão Estratégica do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Tal representação desempenha o papel de órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas ao processo de Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos.

Vale destacar que a plena execução da estratégia institucional é responsabilidade de cada magistrado e servidor, em suas respectivas áreas de atuação. Deste modo, entende-se que o somatório desses esforços coletivos visa proporcionar à sociedade uma “Prestação jurisdicional efetiva e célere”.

Bibliografia

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 325, de 29 de junho de 2020.**

CALAES, G. D.; VILLAS BÔAS, R. C.; GONZALES, A. **Planejamento Estratégico, Competitividade e Sustentabilidade.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Cytel, 2006.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: Balanced scorecard.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A execução premium: a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL